



AVALIAÇÃO UNIFICADA

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Tempo máximo para entrega da prova: 3 horas
- Tempo mínimo para entrega da prova: 1 hora

CURSO/PERÍODO

CIÊNCIAS CONTÁBEIS - 8º PERÍODO - DATA: 30/09/2019.

GABARITO RASCUNHO

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D
26	A	B	C	D

Disciplina: NORMAS E PRÁTICAS DO TERCEIRO SETOR
Prof^a. Katiane Rouze

01) A contribuição do terceiro setor para o desenvolvimento de políticas públicas tem se ampliado ao longo dos anos, em razão da busca do Estado por eficiência na aplicação dos recursos públicos, considerando-se o regime jurídico mais flexível dessas entidades em comparação ao regime aplicável às entidades integrantes da Administração Pública.

A esse respeito, é correto afirmar que:

- a) as entidades do terceiro setor que atuam em parceria com a Administração Pública passam a integrar a Administração Indireta para fins orçamentários e de controle administrativo.
- b) o regime jurídico das entidades do terceiro setor que atuam em parceria com os entes públicos é único, não havendo distinção entre as diferentes formas de interação do Estado com essas entidades, seja mediante convênio, termo de parceria ou contrato de gestão.
- c) as organizações sociais que recebam recursos orçamentários para o desempenho de suas funções deverão, em qualquer caso, obedecer ao teto constitucional para a fixação da remuneração de seus funcionários, diretores e colaboradores em geral.
- d) o repasse de recursos financeiros a entidades do terceiro setor depende da efetiva compatibilidade entre as finalidades estatutárias da beneficiária e o objeto da transferência, não se admitindo em geral a fixação de taxa de administração, de gerência ou de característica similar.

02) O Poder Executivo Municipal qualificou como organização social uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, que atua na área de pesquisa científica, e elaborou o respectivo contrato de gestão, estabelecendo a competente parceria, nos termos da Lei nº 9.637/98, ficando estabelecido que o prazo de execução do contrato será de dois anos e que o Município cederá um servidor para a organização social, com ônus para a origem. Considerando essa hipótese e os elementos abordados, é correto afirmar a respeito desse contrato de gestão que

- a) não poderia ser assinado com entidade de direito privado, sem fins lucrativos.
- b) a entidade a ser contratada não poderia atuar na área de pesquisa científica, por falta de expressa previsão legal.
- c) não poderia ser estipulado o prazo de execução de dois anos para o contrato de gestão.
- d) está dentro do que permite a legislação, não apresentando qualquer irregularidade nos aspectos mencionados.

03) O terceiro setor é representado pelas organizações sem fins lucrativos. Os recursos são oriundos da própria atividade, além de doações, subvenções e financiamentos, públicos ou privados, sendo a aplicação de tais valores

- a) integralmente destinada à manutenção do objetivo a qual foi instituída, de acordo com o estatuto.
- b) integralmente destinada à manutenção do objetivo a qual foi instituída, de acordo com seu contrato social.
- c) parcialmente destinada à distribuição de dividendos, de acordo com o estatuto.
- d) parcialmente destinada à distribuição de dividendos, de acordo com o seu contrato social.

04) As organizações religiosas foram incluídas no art. 44 do Código Civil pela Lei nº 10.825, de 22 de dezembro de 2003, como pessoa jurídica de direito privado. São instituições sem fins lucrativos que professam culto de qualquer credo. São integradas por membros de confissão religiosa. Sendo necessário constar em seu ato constitutivo

- I – a denominação, os fins, a sede, o tempo de duração e o fundo social, quando houver.
- II – o nome e a individualização dos fundadores ou instituidores, e dos diretores.
- III – o modo por que se administra e representa, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente.
- IV – o número de seu registro como pessoa jurídica na junta comercial do estado em que vai atuar.

É correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I, II e III, apenas.
- d) I, II e IV, apenas.

<p align="center">Disciplina: CONTABILIDADE PÚBLICA E ORÇAMENTO GOVERN. II Prof. Dr. Fabiano Martin Tiossi</p>
--

05) Este princípio estabelece que a LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. Ressalvam-se dessa proibição a autorização para abertura de crédito suplementar e a contratação de operações de crédito, nos termos da lei. De acordo com a lei 4.320/64 e NCASP – Normas de Contabilidade aplicada ao setor público, este princípio refere-se a (o):

- a) Legalidade.
- b) Competência.
- c) Totalidade.
- d) Exclusividade.

06) Analise as afirmativas a seguir sobre os princípios de contabilidade aplicados ao setor público:

- I. O Princípio da Oportunidade no âmbito da entidade pública está vinculado ao estrito cumprimento da destinação social do seu patrimônio, ou seja, a continuidade da entidade se dá enquanto perdurar sua finalidade.
- II. O princípio da Atualização Monetária determina que os registros dos atos e fatos contábeis será considerado o valor original dos componentes patrimoniais.
- III. O Princípio da Competência aplica-se integralmente ao Setor Público.
- IV. O Princípio da Entidade se afirma, para o ente público, pela autonomia e responsabilização do patrimônio a ele pertencente.

A partir dessa análise, conclui-se que estão CORRETAS as afirmativas:

- a) II, III, IV
- b) I, III
- c) III, IV
- d) I, II, IV

07) Determinado município apresentou ao final do exercício as seguintes informações:

Informações	Valor em R\$
Dotação Inicial	26.000,00
Dotação Atualizada	28.000,00
Despesas Empenhadas	23.100,00
Despesas Liquidadas	18.500,00
Despesas Pagas	16.300,00

Com base nessas informações, qual o valor apurado em Restos a Pagar Não Processados?

- a) R\$ 4.900,00
- b) R\$ 2.200,00
- c) R\$ 6.800,00
- d) R\$ 4.600,00

08) Sobre os modelos de administração pública, assinale V para as alternativas verdadeiras e F para as falsas:

I – O modelo patrimonialista separa o público do privado, reduz a corrupção e o nepotismo, e tenta tornar o estado mais eficiente. Há uma desconfiança excessiva em relação aos servidores, por isso, o modelo promove um controle rígido dos processos, da seleção de servidores, contratações de serviços e produtos, inclusive das atividades de atendimento ao público

II – O modelo burocrático tem como bases a utilização de ferramentas de gestão provenientes da administração privada e pensamentos neoliberais que defendem o estado mínimo e o preceito de que o mercado e a economia possuem regras próprias

III – No modelo gerencial o administrador não diferencia o patrimônio particular do estatal, o clientelismo é muito comum, prevalecendo o interesse dos particulares e a troca de favores

A sequência correta de cima para baixo é:

- a) F, V, V
- b) V, F, F
- c) F, F, V
- d) F, F, F

Disciplina: CONTABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL II
Profª. Me. Maria José Floriano Ferracini

09) A sustentabilidade ambiental e ecológica é a manutenção do meio ambiente do planeta Terra, é manter a qualidade de vida e manter o meio ambiente em harmonia com a existência das pessoas.

Algumas medidas de sustentabilidade e preservação do meio ambiente, assinale a INCORRETA:

- a) evitar todo tipo de poluição nas águas dos rios, mares, oceanos e lagos,
- b) separar o lixo orgânico do lixo reciclável e os diferentes tipos de lixo reciclável,
- c) não realizar o consumo de recursos como água e energia elétrica,
- d) evitar desastres ecológicos, como queimadas, derramamentos de óleo nas águas, desmatamentos e morte de animais.

10) Balanço ambiental é um documento demonstrativo que expressa o ativo e passivo ambiental natural num determinado momento. Ele evidencia, de forma sintética, as contas da gestão ambiental natural da célula social. Segundo Lopes de Sá, "Balanço ambiental, aquela demonstração das contas que evidencia as relações do patrimônio com o meio ambiente ou da natureza". Já o Ativo Ambiental evidencia:

- a) são as aplicações em meios patrimoniais que são utilizados para a preservação ou recuperação do meio ambiente natural, ou, os bens disponíveis da empresa que servem para a preservação, proteção e recuperação do meio ambiente natural; as máquinas e instalações que possibilita a redução da contaminação ambiental.
- b) as aplicações em pesquisas e desenvolvimento de tecnologias em longo prazo que preserve o meio ambiente exigem bons capitais e esforço, mas, seus resultados são evidentes em curto prazo.
- c) o que efetivamente foi feito para controlar o impacto ambiental pelos resíduos do sistema produtivo, senão poderão ter, até, um aumento de custos ambientais.
- d) quando há penalidade imposta por legislação ambiental, por contaminação do meio ambiente e, ou, à propriedade de terceiros.

11) Para a células social manter seu desenvolvimento sem prejudicar o entorno ecológico ela necessita recursos voltados a aplicações em bens que serão utilizados para a conservação o e recuperação da natureza. Esta aplicação em utensílios para fins de preservação e recuperação ambiental é denominado:

- a) Custos Ambientais;
- b) Despesas Ambientais;
- c) Receitas Ambientais;
- d) Resultado Ambiental.

12) Um levantamento feito há alguns anos pela consultoria Nielsen revelou que o engajamento com o meio ambiente tem o poder de influenciar as decisões de compra de 45% dos consumidores brasileiros. Outro estudo, dessa vez divulgado pela Opinion Box, mostrou que 54% dos entrevistados disseram dar preferência a marcas conhecidas por atuarem em nome da preservação da natureza. Inevitavelmente, a produção de bens e serviços exige a transformação de matéria-prima para fabricação de produtos e serviços de interesse do consumidor. Com essa maior conscientização popular, o enfoque da preservação ambiental deslocou os temas socioambientais. Hoje, quem não enxerga o manejo sustentável como estratégia de negócio enfrenta dificuldades para se posicionar no mercado, desta forma surgiu a:

- a) Gestão Corporativa.
- b) Gestão de Qualidade.
- c) Contabilidade Ambiental.
- d) Balanço Ambiental da Gestão.

<p align="center">Disciplina: AUDITORIA E FRAUDES CONTÁBEIS II Prof. Fernando Takeo</p>

13) A documentação de auditoria deve ser preparada de maneira lógica e organizada de modo que um auditor experiente, que não tenha se envolvido com a auditoria, entenda I a natureza, a época e a extensão dos procedimentos de auditoria executados.

II os resultados dos procedimentos de auditoria executados e a evidência de auditoria obtida.

III os assuntos significativos identificados durante a auditoria.

IV as conclusões que ficarão sob sigilo absoluto e indisponíveis inclusive à diretoria da entidade auditada.

Estão certos apenas os itens:

- a) I e IV
- b) II e III
- c) II e IV
- d) I, II e III

14) Em relação aos papéis de trabalho, assinale a afirmativa correta.

- a) São cópias de documentos utilizados anteriormente, que dão suporte ao trabalho desenvolvido pelo auditor.
- b) Devem permitir que um auditor experiente e sem envolvimento na auditoria verifique o trabalho realizado para fundamentar as conclusões.
- c) São classificados, segundo a natureza da informação, como correntes, quando utilizados por mais de um período.
- d) Devem ser preparados pelo auditor responsável pelo trabalho de auditoria.

15) A documentação de auditoria serve de base para a formação da opinião do auditor, bem como de evidência de que a auditoria foi planejada e executada em concordância com as normas legais e regulamentares. A documentação de auditoria serve, ainda, para várias finalidades adicionais, que incluem, entre outras:

- a) permitir que a equipe de trabalho não seja responsabilizada por seu trabalho.
- b) manter um registro de assuntos de importância para auditorias passadas.
- c) permitir a condução de inspeções ou perícias internas em conformidade com as exigências legais, regulamentares e outras exigências aplicáveis.
- d) assistir aos membros da equipe de trabalho responsáveis pela direção e supervisão do trabalho de auditoria e no cumprimento de suas responsabilidades de revisão.

16) Considere o seguinte modelo de papel de trabalho:

Cia. Industrial Z
31/12/2017

Conta		Referências	Saldos pelo razão em 31/12/2017	Ajustes, reclassificações e eliminações		Saldos para o relatório	Observações
Cód.	Descrição			Débito	Crédito		
...							
...							
...							
...							
...							
Total							

Esse modelo de papel de trabalho contém os elementos básicos de análise para ser usado na(o):

- a) demonstração do resultado do exercício, apenas
- b) conciliação de numerário em contas correntes bancárias
- c) análise de aplicações financeiras disponíveis para negociação
- d) balanço patrimonial ou na demonstração do resultado do exercício

17) O Parecer de Auditoria é o instrumento por meio do qual o auditor independente comunica sua conclusão acerca das demonstrações contábeis de uma entidade, tendo

caráter comparativo às demonstrações contábeis referentes ao exercício anterior. Sobre o Parecer em comento, assinale a opção incorreta.

- a) A responsabilidade sobre a preparação e o conteúdo das demonstrações contábeis é do auditor independente.
- b) A opinião expressada pelo auditor independente deve ser obrigatoriamente clara e objetiva.
- c) De maneira geral, o relatório é destinado à diretoria da entidade, seu conselho de administração e/ou a seus acionistas.
- d) A data do relatório deve corresponder à data da conclusão dos trabalhos na entidade auditada.

18) Eventos Subsequentes são fatos contábeis de relevância, favoráveis ou desfavoráveis, que ocorrerem no período entre a data do término do exercício social e a de emissão do parecer. O auditor deve procurar identificá-los e levá-los em consideração, quando relevantes. Entre os procedimentos para identificação de eventos subsequentes, não temos:

- a) Indagação ao departamento jurídico sobre ações judiciais.
- b) leitura de atas de reunião de acionistas, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria, realizadas após o período das demonstrações.
- c) Observação de todas as demonstrações contábeis dentro do período de execução dos trabalhos de auditoria.
- d) Indagação à Administração sobre a ocorrência de evento subsequente relevante (carta de responsabilidade).

<p style="text-align: center;">Disciplina: PERÍCIA CONTÁBIL E ARBITRAGEM II Prof.ª. Katiane Rouze</p>

19) Em ações judiciais sobre dissolução de sociedades, é comum a produção de prova pericial contábil. Desta forma, é necessário que o perito conheça o que preceitua o Art. 1.033 do Código Civil – Lei n.º 10.406/2002. Assim, sobre as situações que ensejam ocorrências de dissolução societária, julgue os itens abaixo.

- I. O vencimento do prazo de duração, salvo se, vencido este e sem oposição de sócio, não entrar a sociedade em liquidação, caso em que se prorrogará por tempo indeterminado.
- II. A deliberação dos sócios, por maioria absoluta, na sociedade de prazo indeterminado.
- III. A falta de pluralidade de sócios, não reconstruída no prazo de 210 dias.
- IV. A extinção, na forma da lei, de autorização para funcionar.

É correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e IV, apenas.

20) Em uma ação de cobrança de prestações vencidas em contrato de financiamento imobiliário, houve a necessidade de nomeação de perito para apuração do efetivo saldo devedor. Um contador, nomeado para o encargo de perito nos citados autos de cobrança, deve realizar seus trabalhos em conformidade com a NBC PP01 – Perito Contábil. Sobre a forma de realização dos trabalhos, assinale a opção CORRETA.

- a) O contador deve assumir a responsabilidade pessoal por todas as informações prestadas, quesitos respondidos, procedimentos adotados, diligências realizadas, valores apurados e conclusões apresentadas no laudo pericial contábil e no parecer técnico contábil.
- b) Na condição de perito, o contador deve prestar os esclarecimentos somente se entender conveniente.
- c) O contador não deve aceitar críticas ao seu laudo, negando-se a retificar os trabalhos realizados no caso de serem constatados equívocos ou erros.
- d) A realização de diligências, durante a elaboração do laudo pericial, para a busca de provas, quando necessária, não precisa ser comunicada às partes para ciência de seus assistentes.

21) O contador A atua no mercado de perícia realizando cálculos de liquidação de sentença trabalhista para reclamante, reclamado e como perito do juízo. Nos trabalhos que realiza como assistente técnico, ele não assina os seus pareceres, nem insere nas planilhas nada que possa identificar o seu registro profissional ou de sua organização contábil. Em uma reclamação trabalhista, houve uma divergência significativa de valores apresentados pelas partes - reclamante C: R\$1.250.000,00, calculado pelo contador A e reclamado D: R\$850.000,00, calculado pelo contador B. O magistrado nomeou como perito de sua confiança o contador A para apuração do cálculo definido na sentença, fixando o prazo de 30 dias para a entrega do laudo pericial.

Assinale a opção que apresenta a atitude a ser tomada pelo perito do juízo quando da ciência da sua nomeação na reclamação trabalhista.

- a) Aceitar o encargo tendo em vista que o trabalho realizado para uma das partes foi realizado dentro das técnicas contábeis e conformidade com os comandos sentenciais.
- b) Recusar o encargo alegando seu impedimento.
- c) Aceitar o encargo porque o parecer de cálculos de liquidação foi apócrifo.
- d) Recusar o encargo alegando sua suspeição.

22) Em perícia de prestação de contas, o perito pode se deparar com situações que envolvam retificações de lançamentos contábeis. Assim, com base no que dispõe a ITG 2000 (R1) – Escrituração Contábil sobre a retificação de lançamento contábil, assinale as opções:

I – a retificação de lançamento é o processo técnico de correção de registro realizado com erro na escrituração contábil da entidade e pode ser feito por meio de estorno, transferência, e complementação.

II - em qualquer das formas, o histórico do lançamento deve precisar o motivo da retificação, a data e a localização do lançamento de origem.

III - os lançamentos realizados fora da época devida devem consignar, nos seus históricos, as datas efetivas das ocorrências e a razão do registro extemporâneo.

IV – a retificação de lançamento é o processo técnico de correção de registro realizado com erro na escrituração contábil da entidade e pode ser feita por meio de estorno, transferência, complementação e ajuste de amarração.

É correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I, II e III, apenas.
- d) I, II e IV, apenas.

Disciplina: TÓPICOS AVANÇADOS EM CONTABILIDADE II
Profª. Me. Maria José Floriano Ferracini

23) A reorganização societária é uma realidade presente no mundo empresarial por diversos motivos, dentre os quais podem ser citados: a otimização de recursos, a redução legal de carga tributária e a busca de sinergias. A operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações é denominada:

- a) Cisão.
- b) Fusão.
- c) Reconvenção.
- d) Incorporação.

24) Uma entidade brasileira, cuja moeda funcional é o real, vendeu produtos nos Estados Unidos, de modo que, em 31/12/2017, possuía 600 dólares em caixa. A entidade irá utilizar o valor em dólar para comprar nos Estados Unidos peças para conserto de sua impressora.

Assinale a opção que indica a taxa a ser utilizada para a conversão dos 600 dólares em moeda nacional na elaboração do Balanço Patrimonial da entidade, em 31/12/2017.

- a) Taxa de compra da instituição financeira na data da transação.
- b) Taxa de compra da instituição financeira na data da negociação.
- c) Taxa de venda da instituição financeira na data da transação.
- d) Taxa de venda da instituição financeira na data final do balanço.

25) A Cisão é um instrumento Jurídico adotado quando os sócios (acionistas) de uma empresa não têm mais interesse em continuar em trabalhar juntos ou quando existem situações operacionais que recomendam um separação de atividades para determinar um melhor foco nos negócios. Existem dois tipos de Cisão, sendo Cisão Parcial e Cisão Total.

Cisão Parcial quando parte do patrimônio da sociedade cindida passa para outra sociedade e Cisão Total quando o patrimônio da sociedade cindida passa outra, extinguindo-se aquela sociedade. A utilização da Cisão Parcial se dá principalmente nos seguintes casos:

- (I) Quando um sócio não tem mais interesse em participar da sociedade;
- (II) Quando da morte de um sócio e os remanescentes não aceitam os herdeiros como novos sócios;
- (III) Quando parte das atividades da empresa deve ser separada, por conveniências operacionais;
- (IV) Para Solucionar conflitos futuros entre os sócios.

Assinale apenas a alternativa correta:

- a) Apenas I e II estão corretas.
- b) Apenas I e III estão corretas.
- c) Apenas I, II e III estão corretas.
- d) Apenas I, II e IV estão corretas.

26) O planejamento tributário é alternativa significativa aos contribuintes, dentro da legalidade, buscam reduzir ou eliminar os ônus tributários, haja visto a carga tributária (alta) existente em nosso País. Podemos afirmar que a Elisão fiscal é definida como:

- a) Atividade legal que busca opções que conduza a uma menor tributação, o que extremamente favorável ao pagador de tributo, levando-se em consideração que sua utilização não traz penalidades.
- b) Conduta ilícita do contribuinte, normalmente após a ocorrência do fato gerador, pratica atos que visam evitar o conhecimento do nascimento da obrigação tributária pela autoridade fiscal.
- c) O contribuinte manipula informações inadequadamente a fim de pagar menos impostos. Isso não necessariamente é feito de forma intencional, sendo que muitas vezes erros e falta de conhecimento das regras acabam atrapalhando.
- d) O contribuinte deixa de recolher os impostos ou a máquina arrecadadora, por algum motivo, não consegue arrecadá-los.